

# AS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA: UMA SÍNTESE DE ESTUDOS PRECEDENTES

**Túlio Cícero Saldanha Parrot**

**Resumo:** As Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) oferecem possibilidades inéditas para dinamizar o ensino, favorecendo o desenvolvimento de práticas pedagógicas mais interativas e abertas à interlocução com diferentes realidades. Considerando o avanço tecnológico e as necessidades de inovação da área educacional, este estudo objetivou avaliar a produção científica referente à utilização das TIC na Educação de Jovens e Adultos (EJA), disponibilizada na base de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Apoiado na pesquisa bibliográfica e nas abordagens quantitativa e qualitativa, o estudo possibilitou mapear cronologicamente as publicações, as instituições universitárias brasileiras de origem dos seus autores e as temáticas envolvidas, além de possibilitar a identificação de estratégias para a inserção tecnológica no âmbito educacional. Os resultados da pesquisa indicam que a produção que envolve a inserção das TIC na EJA foi mais acentuada entre os anos de 2010 e 2012, existe uma concentração de publicações mais expressiva em uma parcela reduzida de instituições universitárias e as temáticas evidenciam preocupações diretas com a EJA, a formação docente, o currículo, as políticas públicas e questões referentes à memorização nos processos de ensino e de aprendizagem. Quanto às estratégias, ficou mais evidente a necessidade de explorar a disponibilidade das informações em formato de hipertexto, favorecendo o acesso rizomático, que amplia possibilidades de navegação. Além do formato, destaca-se também a necessidade de explorar estratégias que facilitem a interação, compatíveis com as alternativas oferecidas atualmente pelas TIC, bem com a digitalização de materiais costumeiramente usados de forma física.

**Palavras-chave:** Educação de Jovens e Adultos - EJA. Tecnologias da Informação e Comunicação - TIC. Produção científica.

## **Introdução**

Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) é uma expressão atribuída aos dispositivos com capacidade de armazenar e de tratar dados e informações (CRUZ, 1998). Sua incorporação na educação, incluindo o âmbito da Educação de Jovens e Adultos (EJA), requisita às instituições e aos profissionais que nelas atuam uma abertura a possibilidades, precedida e acompanhada pela ampliação de recursos e programas formativos que favoreçam o uso pedagógico dos recursos atualmente disponíveis.

Neste estudo, é realizada uma análise de artigos científicos existentes na base de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), mapeando cronologicamente as publicações, as instituições de vínculo e as temáticas discutidas. Também foram compiladas estratégias para inserção das TIC no âmbito educacional em duas das publicações analisadas.

Metodologicamente, optou-se pela pesquisa bibliográfica e pelas abordagens quantitativa e qualitativa. A abordagem quantitativa possibilitou realizar o mapeamento, enquanto a abordagem qualitativa contribuiu para compilar estratégias de inserção das TIC na educação, discutidas em parte das produções.

Espera-se que este estudo valorize as instituições e autores que têm se dedicado a aprofundar temáticas que vinculem TIC - educação - EJA. Além disso, estimule novas pesquisas que difundam estratégias adotadas em contextos da EJA, ampliando os horizontes para dinamizar os processos de ensino e de aprendizagem por meio da utilização de diferentes recursos tecnológicos.

### **A inserção tecnológica na Educação de Jovens e Adultos (EJA)**

As primeiras publicações sobre formação de professores para a utilização das TIC no Brasil datam da década de 1980, com a realização do I Seminário Nacional de Informática Educacional de 25 a 27 de agosto de 1981, promovido pela Universidade de Brasília (UnB). Entretanto, existem registros de experiências em universidades públicas desde 1973, tais como na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) (TAVARES, 2001).

Uma das recomendações do I Seminário Nacional de Informática Educacional foi a de que o computador deveria ser encarado como um meio que ampliasse as funções do professor, ao invés de substituí-lo. Analisou-se também a importância de que “[...] a informática educacional fosse adaptada à realidade brasileira, valorizando a cultura, os valores sociopolíticos e a educação nacional” (TAVARES, 2001, p. 2).

As atividades dos seres humanos estão cada vez mais ligadas às TIC. Dependendo da utilização, elas podem servir como meios catalizadores de desenvolvimento social, difusão cultural e uma base tecnológica de melhorias educacionais para a população.

É um processo de ampliação na oferta e no seu uso que é indispensável à formulação de políticas de acesso atentas ao contingente de excluídos digitais. O conjunto das especificidades que situam parte da população nessa condição de exclusão “[...] tende a acentuar as diferenças econômicas, culturais e sociais, visto que, ao possuir os recursos informatizados, o incluído terá acesso a diferentes culturas e estímulos adicionais de criatividade e raciocínio [...]”. Em contrapartida, “[...] o excluído fica impossibilitado de

encontrar a informação básica, bem como novos temas e conhecimentos.” (MATTOS; SANTOS, 2009, p.128).

As políticas públicas de inclusão digital no Brasil, inicialmente, foram direcionadas para três tipos de iniciativas por parte dos municípios: acesso à internet pelo modo sem fio, num primeiro momento; instalação de telecentros comunitários; e, posteriormente, interligação em rede das unidades geridas pela municipalidade, como escolas e postos de saúde, entre outras. Houve também uma iniciativa do Ministério das Comunicações (MC), com o programa Cidades Digitais, com objetivo de modernizar a gestão, ampliando o acesso aos serviços públicos e por consequência promovendo o desenvolvimento dos municípios brasileiros pelo uso da tecnologia, atuando nas áreas de: construção de redes de fibra óptica que interligam os órgãos públicos locais; disponibilização de aplicativos de governo eletrônico para as prefeituras, nas áreas financeira, tributária, de saúde e educação; capacitação de servidores municipais para uso e gestão da rede; oferta de pontos de acesso à internet para uso livre e gratuito em espaços públicos de grande circulação, como praças, parques e rodoviárias (BRASIL, 2014).

A seleção das cidades que receberam essa estrutura foi feita por meio de edital e, em 2012, foi aberta a primeira seleção pelo Ministério das Comunicações para execução de um projeto-piloto, que contemplou 80 municípios. Em 2013, o programa Cidades Digitais passou a ser inserido no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal. Nesse processo, foram selecionados 262 municípios com população de até 50 mil habitantes. O projeto foi executado com parcerias entre o Ministério do Planejamento, a Telebrás, o Inmetro e o BNDES e o gerenciamento era feito pela Secretaria de Inclusão Digital.

Outra iniciativa está na esfera privada, com o portal Guia das Cidades Digitais. A Cidade Digital é aquela que amplia o acesso da população à tecnologia, estimulando o desenvolvimento econômico e contribuindo para uma gestão pública mais eficiente, oferecendo aos habitantes uma nova perspectiva de cidadania. O site expõe a necessidade de ampliar a inclusão digital não só pela iniciativa privada, mas como uma política pública de Estado. De acordo com o Diretor geral do portal, Carlos Calazans (2015), para que a inclusão digital se concretize, é fundamental a expansão da internet em banda larga e mais de 2 mil municípios brasileiros ainda não têm este tipo de conexão.

Calazans (2015) também registra que o Portal Guia das Cidades Digitais é o primeiro portal brasileiro sobre a construção de cidades digitais em que o foco é o consumidor final, administradores e gestores municipais, estaduais e federais, como prefeitos, governadores e secretários; empresas estaduais e municipais de processamento de dados; prestadores de serviço; executivos e técnicos da área de telecomunicações; consultores especializados e outros com o objetivo de levar informações aos municípios e estados que querem ingressar nesse admirável mundo novo.

Iniciativas como essas permeiam a temática da inclusão digital. (HELOU et al, 2011). Elas caracterizam uma conjuntura de implementação de programas composta por uma complexidade dos desafios em um País tão heterogêneo como o Brasil. Os autores lembram que a postura na implementação não pode ser apenas baseada em percepção teórica, já que precisa ser institucionalizada e apropriada pelo Estado brasileiro em forma de políticas públicas inclusivas.

Mattos e Chagas (2008) postulam a existência de três fatores que devem ocorrer simultaneamente para que se consolide a inclusão digital: a existência das TIC, a disponibilidade de renda e a educação que capacite as pessoas a compreender e trabalhar com os conteúdos gerados pelas TIC. Contudo, ainda é percebida uma carência por parte do Ministério da Educação (MEC) na oferta de uma política formalizada que incorpore as TIC nos processos de ensino-aprendizagem. Esse alerta é reforçado por Andrade (2007), o qual registra que os programas que fornecem equipamentos para as escolas e capacitação de professores, como o Programa Nacional de Tecnologia Informacional (PROINFO), possuem objetivos e resultados ainda sem definições claras.

Na esfera das políticas públicas coordenadas pela Secretaria de Educação Continuada Alfabetização Diversidade e Inclusão (SECADI) para a inclusão digital de jovens e adultos, ainda não existem diretrizes definidas, mas apenas iniciativas isoladas, tais como o Programa EJA Digital, que forma educadores que atuam na modalidade para o uso das TIC, com suporte da equipe do Instituto Paramitas, preservando a autonomia das instituições participantes. Até 2010, participaram mais de 80 professores orientadores e alunos de Santo André em SP. O programa EJA Digital foi avaliado em 2009 pelo MEC e passou a integrar o Guia de Tecnologias Educacionais (INSTITUTO PARAMITAS, 2010).

## **Metodologia da pesquisa**

O presente estudo, vinculado à área das Ciências Humanas, pautou-se no objetivo de analisar parte da produção científica brasileira referente à utilização das TIC na EJA, destacando estratégias para inserção tecnológica no âmbito educacional. Quanto aos objetivos específicos, priorizou a identificação das temáticas envolvidas e o mapeamento cronológico das referidas publicações, bem como as instituições universitárias de origem dos seus autores.

Para realização do estudo optou-se pela pesquisa bibliográfica. A pesquisa bibliográfica é elaborada com base em material publicado em livros, revistas, jornais, teses, dissertações, anais de eventos e meios informacionais especializados em publicações científicas (GIL, 2010). Por meio da pesquisa bibliográfica, foi possível analisar aspectos pontuais das publicações, utilizando, nesse processo, a abordagem quantitativa. Contudo, ao destacar as estratégias para inserção das TIC na EJA, optou-se pela abordagem qualitativa, cuja ênfase é traduzida por aquilo que não pode ser mensurável quantitativamente (DUARTE, 2014, p. 2).

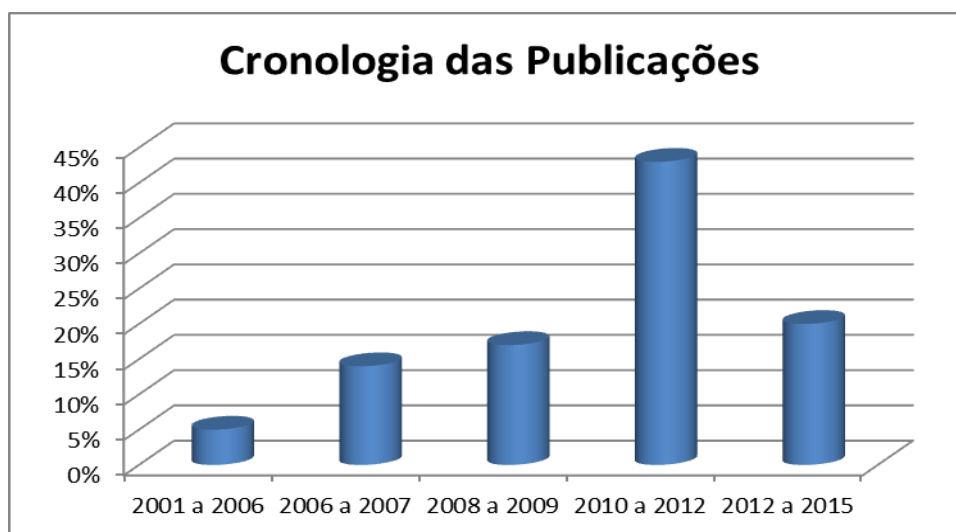
Como fonte de pesquisa foi utilizada a base de dados da CAPES, órgão vinculado ao MEC. Foram selecionadas 151, abrangendo publicações que antecedem o ano de 2006 e se estendem após 2012, sendo 79 teses e dissertações e 72 artigos científicos.

## **Apresentação e discussão dos resultados**

Considerando os objetivos específicos da pesquisa, são sistematizados inicialmente os resultados quantitativos. Por meio deles, é possível mapear as temáticas envolvidas nas publicações, a época de publicação e as instituições universitárias de vínculo dos seus autores.

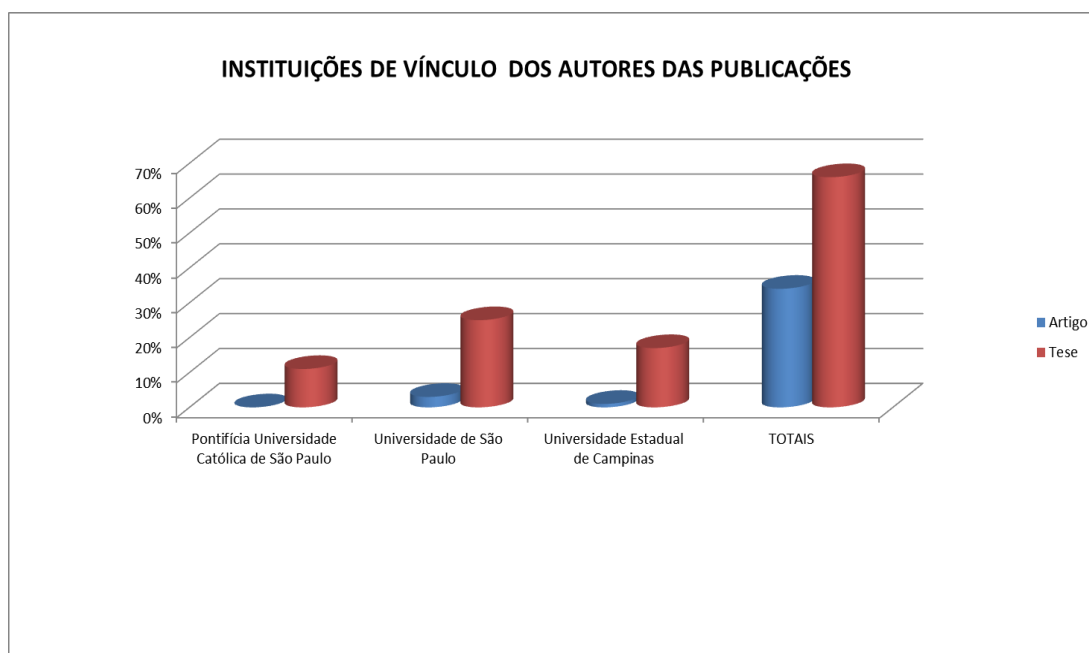
### **- Mapeamento cronológico das publicações**

Aproximadamente 45% dos artigos científicos que envolvem TIC e EJA foram publicados entre os anos de 2010 e 2012. No período de de 2001 até 2009 as publicações tiveram uma ampliação gradativa, nos anos de 2010 a 2012 houve um crescimento acentuado do número de trabalhos publicados, que foram reduzidos entre os anos de 2012 e 2015, conforme confirmam os registros do Gráfico 1.

**Gráfico 1 - Mapeamento cronológico das publicações**

### - Instituições de vínculo dos autores das publicações

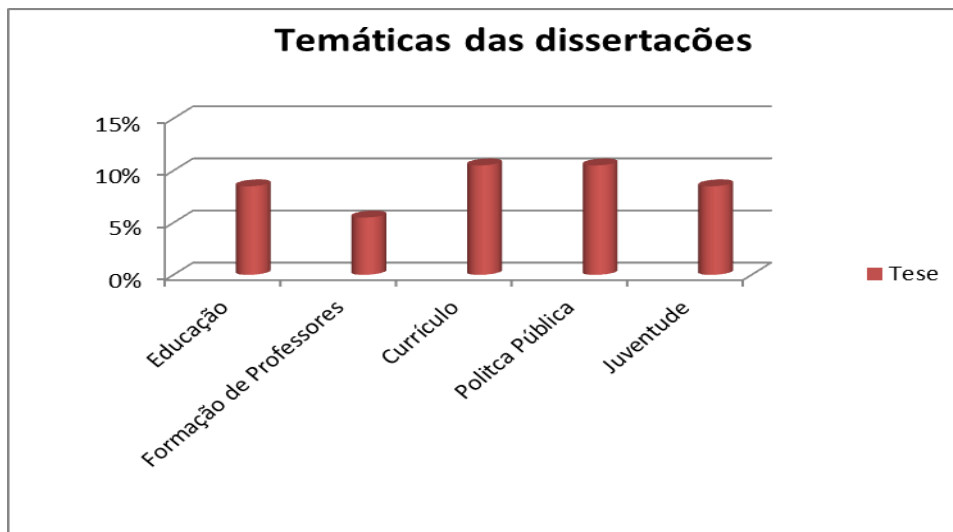
Entre as instituições de vínculo dos autores das publicações está a Universidade de São Paulo, com aproximadamente 28%, seguida pela Universidade Estadual de Campinas, com aproximadamente 18%. A terceira em número de publicações no período é a Universidade Católica de São Paulo, que se destaca por contemplar um índice mais expressivo em relação às demais instituições que apresentaram publicações de número mais incipiente, conforme registrado no Gráfico 2.

**Gráfico 2 - Instituições de vínculo dos autores das publicações**

### Temáticas das dissertações e teses

Em aproximadamente 39% das teses e dissertações, a temática principal gira em torno da própria EJA. Também são priorizadas as políticas públicas, o currículo, a educação bem como a juventude, conforme destacado no Gráfico 3.

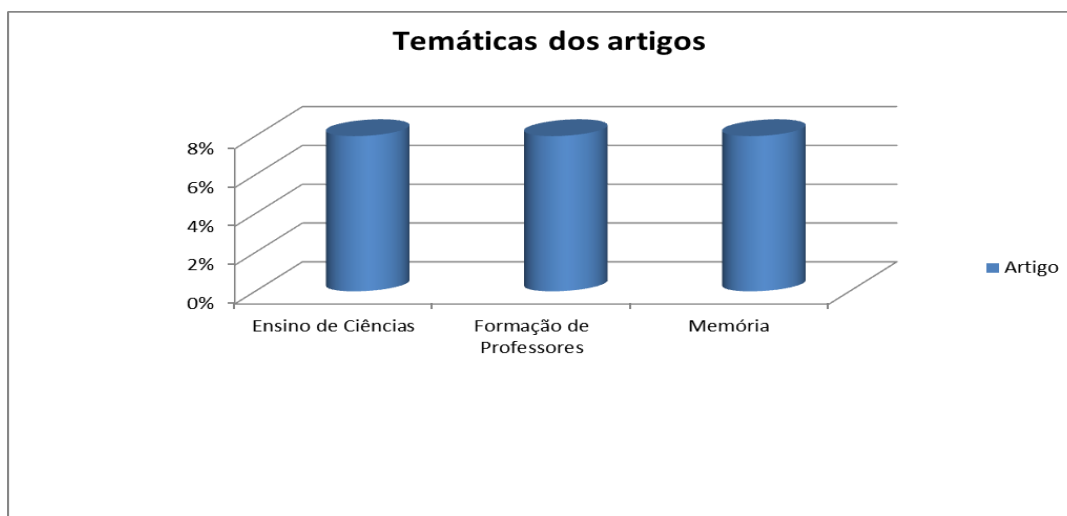
**Gráfico 3** - Temáticas implicadas nas teses e dissertações.



### - Temáticas das publicações

Em aproximadamente 24% das publicações a temática principal gira em torno da própria EJA, seguindo o padrão das dissertações. Na sequência destaca-se o ensino de Ciências, a formação docente e a memória em proporções equivalentes.

**Gráfico 4** - Temáticas dos artigos científicos



## **Estratégias para inserção das TIC na educação**

Entre as publicações analisadas foram situadas duas que suscitam estratégias para inserção das TIC no âmbito educacional, com ênfase na EJA. O resultado da análise dessas duas publicações é apresentado na sequência.

*- Estudo 1: Jovens e adultos em processo de escolarização e as tecnologias digitais: quem usa, a favor de quem e para quê?*

O primeiro estudo foi desenvolvido por Bianca Maria Santana de Brito e recebeu o título ‘Jovens e adultos em processo de escolarização e as tecnologias digitais: quem usa, a favor de quem e para quê?’. O estudo aborda a aprendizagem ao longo da vida, indicando que o conceito tem sua origem na década de 1960, motivado pela UNESCO, que abordava a temática da educação permanente, sendo retomado em 1990, pelo relatório de Jacque de Delors e reafirmado em 1997, na Declaração de Hamburgo.

Com base em Castells (1999), a autora afirma que a digitalização dos conteúdos permite a compressão de dados, libertando-o de seus meios materiais de difusão como revistas, jornais, CDs ou DVDs e possibilitando reprodução a um custo zero. Estéfato pode levar a uma prática de remixagem que, para Lemos (2005, p. 1) diz respeito ao “[...] conjunto de práticas sociais e comunicacionais de combinações, colagens, cut-up de informação a partir das tecnologias digitais”.

Ao aproximarmos as contribuições do artigo às necessidades da EJA, a estratégia de oferecer diferentes suportes é uma das condições fundamentais para dinamizar o ensino, favorecendo a acesso ao conhecimento por meio de recursos não explorados por práticas pedagógicas tradicionais, condizentes com as que favoreceram a exclusão dos estudantes do ensino regular. Portanto, ao posicionar a digitalização como uma das estratégias para a inserção das TIC no ensino, o estudo abre possibilidades para um formato de material didático que pode ser um diferencial aos estudantes.

Outra estratégia discutida no artigo é a disponibilidade de informações por hipertexto, destacando que o termo criado por Ted Holm Nelson, nos anos 1960. Na percepção de Silveira (2008, p.28) o termo é concebido como “[...] uma escrita não sequencial, um texto que se bifurca e que permite ao leitor escolher o que deseja ler. São blocos de textos, conectados entre si por nexos que formam diferentes itinerários para os usuários.”



O trabalho relaciona características de arquitetura de interconexão ilimitada, distribuída, descentralizada e multidirecional, juntamente com a abertura dos protocolos de comunicação que permitem modificações e distribuição dos dados, aliando aos processos princípios de abertura e cooperação, com a possibilidade de inspirar uma construção coletiva e de colaboração para a EJA. Considerando que a EJA possui alunos adultos e jovens, seria possível promover debates e uma integração, estimulando sua participação para não limitar o seu uso, contrapondo-se ao uso comentado por Pretto (2010, p. 307) quando menciona que na realidade “[...] o que temos percebido é que, na maioria das vezes, as tecnologias digitais, e a internet em particular, são tratadas como meras ferramentas auxiliares dos processos educacionais”.

*- Estudo 2: O acesso às práticas de letramento digital na Educação de Jovens e Adultos*

O segundo estudo foi desenvolvido por Viviane Gonçalves Curto e recebeu como título ‘O acesso às práticas de letramento digital na Educação de Jovens e Adultos’. Nesta pesquisa foi realizado um levantamento bibliográfico em 29 trabalhos, em que o padrão identificado foi de abordagens feitas de forma empírica, com o espaço que envolve a sala de aula. Deste total, 11 trabalhos são de práticas não escolares, com abordagens que tratam as tecnologias digitais como ferramentas, ocorrendo uma naturalização das tecnologias e uma falta de criticidade nas análises.

A autora destaca que apesar de haver um número considerável de pesquisas sobre a modalidade de ensino em questão, são poucos os estudos sobre práticas de ensino específicas na EJA e raras as pesquisas que tratam da utilização das TIC com esse público, referindo-se especialmente as considerações de Haddad (2002). Apesar disso, a autora retoma algumas estratégias, entre as quais estão as atividades que estimulam as interações entre os estudantes.

A autora também destaca a utilização das TIC para a ampliação de atividades que visem o letramento, evitando práticas dicotômicas que defendem, de um lado, o domínio descontextualizado das habilidades técnicas de uso das TIC e, de outro, a aprendizagem dessas habilidades para a realização de práticas sociais de leitura e de expressão em meio digital. Diante disso, destaca que a melhora na posição socioeconômica pode ser ampliada com o domínio das habilidades de uso do computador e o domínio do código escrito.

Para tanto, destaca algumas atividades realizadas no laboratório de informática com uma turma de 4º ano do Ensino Fundamental da EJA/CIC. A tarefa foi planejada

pelas professoras da turma e realizada com o auxílio do voluntário que regia as aulas de informática. Baseando-se no tema “trabalho”, que era abordado nas demais disciplinas do grupo em questão, a atividade previa as seguintes etapas:

- a) Pesquisa no *Google* sobre informações que descrevessem a profissão do próprio aluno;
- b) Elaboração, à mão, de um pequeno texto informativo que tratasse da profissão do aluno com base nas informações pesquisadas na rede;
- c) Pesquisa no *Google* sobre outra profissão que fosse do interesse do estudante ou que ele desejasse conhecer melhor;
- d) Escrita, à mão, de outro texto informativo, de tamanho reduzido, que abordasse essa outra profissão pesquisada a partir das informações obtidas na Internet;
- e) Cópia, no *Word*, dos textos produzidos à mão;
- f) Pesquisa, no *Google*, de uma imagem que ilustrasse todo o trabalho;
- g) Confecção, no *Word*, da capa do trabalho, que deveria conter a imagem pesquisada juntamente com o título do trabalho, o nome e a turma do aluno.

A única tarefa que os jovens e adultos não haviam aprendido ainda era a cópia e a colagem de figuras da Internet para o editor de textos *Word*. No entanto, durante a aula as professoras orientavam os alunos a chamar-lhes quando fossem realizar essa tarefa, pois elas e o voluntário de informática iriam ajudar cada um deles.

A pesquisa ainda indica que em instituições cujos estudantes vivenciam realidades economicamente mais favorecidas, percebeu-se que a escrita impressa e a digital fazem parte das práticas de letramento que esses alunos têm dentro e fora da escola. As crianças e adolescentes desse grupo, em geral, convivem com a escrita impressa em práticas familiares e escolares de leitura e escrita. Esses mesmos sujeitos também fazem uso da escrita digital nas atividades cotidianas relacionadas às redes sociais e aos jogos, por exemplo, ou nas atividades escolares que requerem essa escrita. Nesse contexto, o aluno já domina os letramentos digitais, antes de frequentar a escola, mas não sabe utilizá-los em práticas escolares.

Em contrapartida, para os estudantes da EJA a escola (ofertante de práticas situadas de leitura e escrita) pode ser uma ponte de acesso tanto à escrita quanto ao uso

do computador. Fora desse local, os alunos jovens e adultos, em geral, têm participação reduzida e até mesmo nula em práticas letradas que envolvem a escrita impressa e/ou digital.

Na configuração proposta para essa modalidade de ensino, a escola precisa se constituir como um local de ensino e aprendizado dos conteúdos formais e também como ponte de acesso aos vários bens simbólicos e materiais de prestígio negados aos sujeitos da EJA. Nesse sentido, a autora defende que o computador é um desses bens cujo acesso a escola pode garantir aos aprendizes jovens e adultos. Tal concepção se manteve mesmo depois das análises feitas ao longo do estudo que considerou as diferenças de faixa etária, comprovando que alunos jovens e os idosos utilizam o computador de forma diferenciada, apresentando dificuldades que são compensadas pelas estratégias alternativas empregadas por cada um deles durante o uso da máquina. Em virtude disso, é profícuo, nesse contexto, de ensino planejar atividades diferenciadas em meio digital entre esses alunos.

## **Conclusão**

O presente estudo procurou focar a pesquisa partindo do referencial das TIC na EJA, questão que depende de políticas públicas que visem à inclusão digital. Na pesquisa bibliográfica, os trabalhos que abordam essas temáticas em conjunto, compreenderam um universo total de 151, sendo que destes foram selecionados dois para um estudo de estratégias de inserção das TIC na área educacional, com ênfase na EJA. Destaca-se que as duas publicações foram produzidas na USP e na UNICAMP, que lideram a produção de trabalhos acadêmicos dentro do universo pesquisado.

No âmbito das estratégias para inserção, os estudos pontuam, entre outros aspectos, a necessidade de explorar a disponibilidade das informações em formato de hipertexto, favorecendo o acesso rizomático, que amplia as possibilidades de navegação. Além do formato, destaca-se também a necessidade de explorar estratégias que facilitem a interação, compatíveis com as possibilidades oferecidas atualmente pelas TIC, bem com a digitalização de materiais costumeiramente usados de forma física.

Complementarmente, a análise das publicações favorece que se conclua que o volume de pesquisas que contemplam o estudo das TIC na educação, priorizando a EJA,

sugere a necessidade de ampliar os estudos, já que é por meio de publicações que se contextualizam as diferentes realidades, justificando a implantação de políticas públicas que possibilitem meios de acesso as constantes inovações tecnológicas. Apesar disso, observa-se o envolvimento mais expressivo de parte das instituições universitárias e o crescimento do número de publicações no decorrer dos anos, exceto a redução detectada no último período pesquisado.

A inclusão digital, por sua vez, é abordada pelos estudos analisados a partir de duas perspectivas diferentes. Uma considera que a tecnologia informacional é neutra e outra que a considerada instrumental, vista como uma forma de progressão funcional. Uma das sugestões deste estudo é de que se promova uma integração destas visões, gerando alternativas além das práticas atuais, superando os paradigmas que priorizam uma inclusão digital que fique restrita a internet gratuita em alguns locais de algumas cidades ou instalação de telecentros comunitários com computadores e acesso à internet, ou ainda portais de prefeituras que apresentam informações da municipalidade e alguns serviços disponíveis em plataformas digitais.

Quanto às limitações da pesquisa, destaca-se a necessidade de disponibilização de um tempo mais amplo que permita aprofundar as análises. Essa condição é fundamental para evitar a apresentação de dados preliminares e que possuem interpretações contextualizadas aproximativas.

É diante dessas limitações que percebemos a relevância do desenvolvimento de novas pesquisas que aprofundem os resultados obtidos neste estudo ou contemplem temáticas complementares. Entre elas, situamos um estudo para compilar experiências de inserção das TIC na EJA que poderia servir de estímulo aos gestores e docentes que atuam na modalidade.

## Referências

ANDRADE. Andressa de. **Uso(s) das novas tecnologias em um programa de formação de professores:** possibilidades, controles e apropriações. Mestrado da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2007.

BRASIL. Ministério das Comunicações. **Cidades Digitais.** Disponível em <http://www.mc.gov.br/cidades-digitais>. Acesso em 16 abr. 2015.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão.** Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/>

index.php?option=com\_content&view=article&id=290&Itemid=816>. Acesso em 16 abr. 2015.

BRITO, Bianca Maria Santana de. Jovens e adultos em processo de escolarização e as tecnologias digitais: quem usa, a favor de quem e para quê?. São Paulo: s.n, 2012.p. 1-107.

CALAZANS, Carlos. **GUIA DAS CIDADES DIGITAIS. O que é o Guia das Cidades Digitais.** Disponível em: <<http://www.guiadascidadesdigitais.com.br/site/site/institucional>>. Acesso em 16 abr. 2015.

CAPES. Periódicos. **EJA.** Disponível em [http://www.periodicos.capes.gov.br/ busca Rápida Termo=EJA](http://www.periodicos.capes.gov.br/buscaRápidaTermo=EJA). Acesso em 10 abr. 2015.

CASTELLS, Manuel de. **A Sociedade em rede.** São Paulo, Paz e Terra, 1999.

Curto, Viviane. **O acesso às práticas de letramento digital na Educação de Jovens e Adultos.** Campinas: [s.n.], 2011.

CONFINTEA. **Declaração de Hamburgo:** agenda para o futuro. Brasília, SESI/ UNESCO, 1999.

CRUZ, Tadeu. **Sistemas de informações gerenciais:** tecnologia da informação e a empresa do século XXI. São Paulo: Atlas, 1998.

DELORS, J. (Org.). **Educação: um tesouro a descobrir.** Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre educação para o século XXI. São Paulo: Cortez, 1998.

DUARTE, Vânia Maria do Nascimento. **Pesquisa Quantitativa e Qualitativa.** Disponível em: <<http://monografias.brasilecola.com/regras-abnt/pesquisa-quantitativa-qualitativa.htm>>. Acesso em 18 abr. 2015.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

HADDAD, Sérgio (coord). **Educação de jovens e adultos no Brasil (1986-1998).** Brasília: MEC/ INEP/ Comped, 2002.

HELOU, Angela Regina Heinzen Amin; LENZI, Greicy Kelli Spanhol; ABREU, Ana Donner; SANTOS, Gerson Saiss, Neri dos. **Políticas Públicas de Inclusão Digital.** Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/renote/article/view/21920/12720>>. Acesso em> 16 abr. 2015.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009 – PNAD 2009.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/população/trabalhoerendimento/pnad2009/>>. Acesso em: 12 de abr. 2015.

INSTITUTO PARAMIDAS. **Programa EJA Digital.** Disponível em:<<http://ejadigital.org.br/index.php>>. Acesso em: 18 abr. 2015.

LAKATOS, Eva Maria. **Sociologia Geral.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 1981.

LEMOS, André. **Ciber-cultura-remix.** Artigo apresentado no seminário “Sentidos e Processos” dentro da mostra Cinético Digital, no Centro Itaú Cultural, 2005. Disponível

em: <[www.facom.ufba.br/ciberpesquisa/andrelemos/remix.pdf](http://www.facom.ufba.br/ciberpesquisa/andrelemos/remix.pdf)>. Acesso em: 15 abr. 2015.

MATTOS, F. A. M.; SANTOS, B. D. D. R. **Sociedade da informação e inclusão digital: uma análise crítica**. Liinc em Revista, v. 5, n. 1, março, 2009, Rio de Janeiro, p. 117- 132. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/index.php/liinc/article/view/247>.. Acesso em: 16 abr. 2015.

MATTOS, F. A. M.; CHAGAS, G. J. N. Desafios para a inclusão digital no Brasil. In: Revista **Perspectivas da Ciência da Informação**, 2008, vol.13, n.1, pp. 67-94.

PRETTO, Nelson De Luca. Redes colaborativas, ética hacker e educação. Educação em Revista. Belo Horizonte, v. 26, n. 3, p.305-316, dez. 2010.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. A noção de exclusão digital diante das exigências de uma cibercidadania. In HETKOWSKI, Tânia Maria. **Políticas Públicas & Inclusão Digital**. Salvador: EDUFBA, 2008.

TAVARES, Neide Rodrigues. **História da Informática Educacional no Brasil observada a partir de três projetos públicos**. Disponível em <<http://química.fe.usp.br/artigos/giordan/Neide.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2015.

#### **Dados do autor**

Nome: Túlio Cícero Saldanha Parrot

Instituição: Instituto Federal de Santa Catarina - IFSC

Formação: Acadêmico de Especialização de Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade EJA - PROEJA

Contato: [tulio.parrot@hotmail.com](mailto:tulio.parrot@hotmail.com)